

COMENTÁRIO SOBRE A CONFERÊNCIA DO PROF. SUZUKI SADAMI

João Adolfo Hansen

Inicialmente, quero agradecer a generosidade do convite dos organizadores deste evento para estar aqui, comentando a bela exposição do Prof. Suzuki Sadami sobre o tema “um novo conceito da História da Arte Literária no Japão”. A honra que me atribuem com o convite fica maior quando lembro que outros colegas deveriam ocupar o meu lugar com muito mais justiça e vantagens para os ouvintes.

A conferência do professor Suzuki é uma reconstituição extremamente densa e minuciosa de conceitos e categorias das práticas simbólicas japonesas. Faz um recorte temporal longo, que nos leva até o século XII, mas concentra-se principalmente na segunda metade do século XIX e início do século XX, questionando vários sistemas culturais modernos e contemporâneos de classificação das práticas artísticas japonesas para reordená-los de forma nova, que considere a historicidade delas. Ele fala pressupondo os condicionamentos contemporâneos da sua prática como intelectual e professor ativo na Universidade, quero dizer, pressupõe que hoje a globalização e a baixa natalidade produzem a necessidade de reestruturar o sistema universitário japonês e seus objetos de estudo, adequando-os aos desafios da situação presente. Para tanto, como diz sabiamente, é e ainda será preciso contar com muitos trabalhos de equipe que operem em conjunto.

Evidentemente, é impossível tratar das múltiplas articulações do que chama de *gainen hensei shi*, a “História do corpo conceitual”. Além de não poder ler japonês e não ter familiaridade com o extenso e complexíssimo campo debatido pelo Prof. Suzuki, falo sem

ter tido acesso prévio ao texto da sua conferência. Aqui, contando com a sua benevolência, vou comentar alguns aspectos, que pude anotar enquanto ouvia a tradução simultânea, que me parecem relevantes para pensarmos a historicidade das práticas simbólicas de modo não-anacrônico.

Antes de tudo, o Prof. Suzuki propõe-se a estabelecer “um novo conceito” da história da arte literária no Japão. Acho ótimo o fato de seu título já sinalizar que vai tratar de “arte” e das várias significações do termo “arte” e não de “literatura” ou de “estética” ao considerar práticas artísticas japonesas anteriores ao artigo que Fukuchi Ôchi publicou em 1875 utilizando pela primeira vez no Japão o termo “literatura” com o sentido ocidental dado ao termo em inglês e outras línguas européias para classificar a poesia e a ficção japonesas. Acho ótimo porque “arte” nos remete ao fazer material das práticas, evitando as generalizações. Como o Prof. Suzuki nos explicou na abertura de sua fala, até o período Meiji (1868-1912), nunca se havia recorrido ao termo “Literatura” para classificar a poesia, em geral, e as narrativas japonesas.

Sabemos que o conceito de “Literatura” é ocidental e que data da segunda metade do século XVIII iluminista e do século XIX romântico. Na Europa, ele substituiu o conceito antigo de “belas letras” e seu uso desde o século XVIII pressupõe que os escritores afirmam a autonomia crítica de sua prática, abandonando a rígida codificação retórica dos gêneros literários produzidos como imitação de modelos de autoridades nas sociedades ocidentais anteriores ao século XVIII, como as sociedades de corte do Antigo Regime, as chamadas “medievais” e as antigas sociedades da Grécia e de Roma. Lembro que, no uso alemão do termo “Literatura” difundido a partir do século XIX, duas coisas são significadas: genericamente, o termo nomeia o conjunto de toda a produção escrita, científica, artística, filosófica, religiosa, jurídica etc. de uma nação; particularmente, significa o regime discursivo produzido como ficção autonomizada como a arte literária que é objeto da contemplação desinteressada definida na estética kantiana e nas estéticas posteriores. No Japão, como evidencia o Prof. Suzuki, a partir da era Meiji o conceito genérico de “Literatura” foi traduzido por *bungaku* e seu conceito restrito como arte da palavra ou ficção artística correspondeu por exemplo ao uso de expressões como *jun bungaku*, “literatura pura” Por contraste com *Tetsugaku* (filosofia) e *Shigaku* (história), usou-se *bungaku* significando “literatura”. E, ainda, *Bungei* (arte da palavra/arte do texto). De todo modo, em 1904-1905, *Bungaku* e *Bungei* passaram a opor-se a *Bijutsu*, ou seja, as artes da palavra e do texto, artes temporais, passaram a opor-se às chamadas artes plásticas, pintura e escultura, artes espaciais. Como diz o Prof. Suzuki, esse uso é verificável na mudança semântica de um termo, *bundan*. Antes da guerra russo-japonesa, ele significava o círculo de intelectuais que incluía políticos; depois de 1910, passou a significar o círculo literário relacionado a *Bungaku*.

Sabemos que, no século XIX, o conceito restrito de “Literatura” como arte literária foi associado ativamente à constituição dos estados nacionais europeus. O conceito foi usado para classificar e unificar canonicamente os textos de ficção de vários tempos passados tidos como expressões artísticas da alma do povo. No século XIX, tais textos constituíram um cânone literário proposto como instrumento da *Bildung*, a educação e a formação do cidadão, e foram ensinados na escola secundária e na universidade substituindo a teologia dos tempos anteriores ao século XIX. Também sabemos que, desde a invenção da história literária por Friedrich Schlegel, no início do século XIX, o termo “literatura” foi associado ao modo particular de classificar e ordenar dedutivamente os textos de ficção de várias nacionalidades – e também as obras de arte plástica – por meio de recortes temporais definidos como unidades estilísticas sucessivas, evolutivas e irreversíveis, como ainda hoje lemos nas nossas histórias literárias e histórias da arte em que se alinham linearmente a Idade Média, o Classicismo, o Maneirismo, o Barroco, o Neoclassicismo, o Romantismo, o Realismo, o Simbolismo, o Pré-Modernismo, o Modernismo etc. Nesse sentido, como a fala do Prof. Suzuki nos faz ver, o uso do termo “literatura” por Ôchi não era neutro, pois o termo carregava consigo os pressupostos teleológicos da conceituação de história do idealismo alemão.

Assim, o Professor Suzuki critica com muita razão a generalização transistórica do conceito ocidental, geral e particular, de “Literatura” para períodos anteriores à era Meiji; por isso mesmo, podia-se perguntar por que, ao referir-se a tais períodos, continua utilizando categorias como “Clássico” e “Medieval” que são categorias teleológicas intimamente relacionadas com o conceito idealista de “Literatura”, para classificar as antigas práticas simbólicas japonesas de *waka* e *monogatari* muitíssimo anteriores à era Meiji. Podia-se perguntar, por exemplo, se não seria útil simplesmente descartar tais classificações e demonstrar -- como o Prof. Suzuki faz, quando define os conceitos chineses de “arte” que estão na base de diversos conceitos japoneses de arte literária e arte plástica -- que essas mesmas práticas antigas oferecem conceitos úteis para o pesquisador defini-las segundo os critérios artísticos específicos de seu tempo e não do conceito idealista alemão de “Literatura”. Evidentemente, não se trata apenas de uma questão classificatória, mas de toda a rede conceitual dos pressupostos epistemológicos, teóricos, artísticos e políticos que ficam naturalizados como evidentes no uso das classificações. Penso, por exemplo, que o uso de categorias como “Clássico” e “Medieval” para classificar períodos e produtos antigos das “artes da palavra e do texto” japonesas dá a entender que a história do Japão necessariamente repete os mesmos processos da história ocidental que são classificados por elas, coisa que as evidências empíricas desmentem.

De todo modo, como propõe o Prof. Suzuki, até o momento da adoção do conceito de “Literatura”, no Japão os discursos em geral pressupunham o bilingüismo sino-japonês

e uma indeterminação de fronteiras quanto aos discursos religiosos. Isso me parece fundamental. No início do século XX, o conceito de *genjo geijutsu*- “arte do dizer literário”- foi usado por especialistas por oposição ao conceito alemão genérico de “Literatura” como “totalidade dos textos escritos” que em japonês teria alguma equivalência no termo *bungaku*. Aqui, me pareceu muito pertinente para o estabelecimento de novos conceitos que permitem a reordenação do campo dos estudos literários japoneses a reconstituição arqueológica de diversos conceitos relacionados ao campo das artes que o Prof. Suzuki faz com muita precisão e minúcia, como uma história conceitual ou história de conceitos. Lembro esquematicamente, com o historiador alemão Reinhardt Koselleck, que os conceitos nos informam não só sobre as significações passadas, mas também envolvem possibilidades estruturais que nos permitem definir os regimes de historicidade dos textos. Os conceitos implicam eventos, relações complexas e processos do passado e, assim, eles se tornam categorias formais capazes de cobrir um determinado período do passado e seus usos empíricos. Com eles, como fica suposto nas asserções do Prof. Suzuki, torna-se possível descrever com alguma verossimilhança a estrutura, a função, a significação e o sentido do que pode ter sido uma história japonesa das artes anterior à era Meiji em que eles, os conceitos, não conheciam o conceito ocidental de “Literatura” e eram muito ativos. Ao mesmo tempo, torna-se também possível reconstituir e descrever criticamente as múltiplas apropriações históricas dos conceitos e os usos e os valores-de-uso produzidos com eles desde que o conceito ocidental de “Literatura” passou a ser aplicado no período Meiji.

Assim, é realmente muito pertinente a operação de pesquisa feita como história conceitual do que chama *chiteki shisutemu*, conjuntura intelectual, e *kachikan*, valores, que caracterizaram a cultura do Japão na segunda metade do século XIX e início do século XX, quando ocorreram os processos de transferência de modelos culturais ocidentais, europeus e norte-americanos para o país. Por *chiteki shisutemu*, o Prof. Suzuki entende os gêneros artísticos de figuração cultural e as relações que estabelecem entre si. Ele nos propõe que esses gêneros também podem ser entendidos como “corpo conceitual” e “rede de informações”

Dando conta dos condicionamentos institucionais da constituição histórica dessas redes, é muito interessante o que diz sobre as universidades japonesas do início do século XX. Elas não possuíam estudos de Teologia como as européias e inicialmente propuseram o estudo da História da Monarquia Japonesa e do Confucionismo como disciplinas similares à Teologia européia que, no entanto, foram disciplinas incorporadas na área de Literatura Japonesa e Chinesa. Como lembra o Prof. Suzuki, as medidas tomadas para a implantação do estudo de tais disciplinas não eram apenas teóricas ou estéticas, mas também políticas, o que fica evidente, como diz, na fundação da Faculdade de Tecnologia por intelectuais do tempo da Restauração Meiji que temiam o colonialismo ocidental. Além disso, como

demonstra, as classes guerreiras japonesas que adotaram o Confucionismo não tiveram dificuldade de assimilar as ciências e a tecnologia européias num único conjunto.

Como informa o Prof. Suzuki, Fukuchi Ôchi empregou o termo “literatura” com o sentido genérico de *bungaku*. Em seu uso, os textos japoneses de *waka*, *shôsetsu*, *gikyoku*, poesia, romance, drama, passaram a ser classificados como *nihon bungaku* ou literatura japonesa. Até então, o que entendemos hoje como “literatura” correspondia à classificação das obras “clássicas” (*kanseki*) chinesas. Não se aplicava à poesia japonesa (*waka*) e às narrativas (*monogatari*). Foi no período Meiji, justamente, que as obras até então não consideradas “literárias” no sentido de obras artísticas objeto de uma estética, foram incluídas por meio da assimilação do conceito europeu de História da Literatura que determinou que fossem lidas como expressão cultural do povo japonês.

Para retomar a fórmula de Hobsbawm usada pelo Prof. Suzuki, “invenção de tradição”, elas foram apropriadas como expressão cultural do povo japonês em diversos processos de “invenção de tradições”. No caso, essa invenção de tradições teve duas especificidades principais. Primeiramente, de modo diverso do que ocorria no Ocidente, em que as humanidades diferenciam teologia e literatura, religião e literatura, no Japão o conceito de “literatura japonesa” incluiu obras do Xintoísmo, do Confucionismo e do Budismo. A segunda especificidade é o fato de a chamada “literatura japonesa” ser bilíngüe, ou seja, japonesa e chinesa. Assim, é divertido lembrar que, se “literatura japonesa” significa “expressão cultural do povo japonês”, à moda do idealismo alemão e do romantismo europeu, essa expressão cultural do povo japonês também era chinesa.

Pensando nessas especificidades, o Prof. Suzuki propõe-se a discutir a relação do conceito amplo de “literatura” (*kôgi*) com seu conceito restrito (*kyôgi*). Definindo “literatura” como “arte do dizer literário por meio de letras”, o Prof. Suzuki detém-se no exame das mudanças de sentido do termo “arte” (*geijutsu*) desde o chinês antigo, considerando as distinções feitas entre “arte” (*gei*), as seis artes (*rokuhei*) e as técnicas artísticas (*jutsu*), até chegar ao conceito contemporâneo de arte como *geijutsu*. Aqui, sua explicitação das significações associadas ao termo chinês *yishù*, que significa as técnicas em geral, é extremamente minuciosa. Não tenho competência em chinês e japonês para discutir as diferenças semânticas das diversas particularizações dos termos feitas pelo Prof. Suzuki. Mas, enquanto ouvia sua exposição, me pareceu que existe analogia entre o conceito chinês de *yishu* e o conceito grego de *tekhné* e o latino de *ars*, como “técnica do fazer em geral”. No caso, me pareceu central e muito importante a especificação do termo chinês *Liùyì* por comparação com as artes liberais do Ocidente e também a do termo japonês *bijutsu* como tradução do alemão *Bildende Kunst*, “arte pictórica” e também *Schöne Kunst*, “belas artes” além da tradução japonesa do conceito ocidental de “estética” como *kashuron* ou “ciência do gosto elegante” e ainda, como ocorre hoje, *bigaku*. *Bijutsu*- significando “belas

artes”, ou seja, pintura e escultura, passou a ser usado na segunda metade da década de 1880. A partir de 1907, ano da Exposição de Artes do Ministério da Educação/Cultura, *bijutsu* passou a ser usado para classificar apenas a pintura e a escultura.

É interessantíssima a parte da conferência em que, pressupondo essas especificidades, o Prof. Suzuki trata dos letrados capacitados na leitura e na escrita do chinês e dos processos de adaptação dos textos chineses à fala e aos ideogramas japoneses. Esses letrados desenvolveram artes capazes de produzir textos de estilo transparente e de estilo personalizado. Nesse sentido, novamente a China, e não a estética ocidental, foi básica na diferenciação dos estilos da pintura e das letras. A especificação dos conceitos das técnicas da pintura feita pelo Prof. Suzuki, como *shasei*, “cópia”; *shôkei*, “imitação”; *bokkotsu byôhō*, eliminação do contorno; *enkinkan*, ilusão de perspectiva etc. evidencia a homologia existente entre os procedimentos técnicos da pintura, da poesia e da narrativa, como ocorre com *shai*, a figuração da “cena mental” etc.” Sabemos que as gravuras japonesas que embrulhavam porcelanas exportadas para a Europa eram disputadas pelos impressionistas franceses do século XIX como objetos de sugestão artística na produção de novas regras de composição do espaço. Achei muito interessante o Prof. Suzuki examinar o processo inverso, falando de pintores japoneses ocidentalizados que adaptaram o impressionismo francês no movimento de ressurgimento da “impressão” (*inshō*). Suas análises de diversos pintores e escritores japoneses dos séculos XIX e XX é novamente muito minuciosa e não posso tratar dela aqui. Mas me parece fundamental sua afirmação de que o chamado “estilo unificado da língua escrita e oral” ocorrido na era Meiji adaptou a língua oral do povo numa sistematização que pressupunha os padrões ideográficos da frase chinesa usados havia muito tempo no Japão pelos letrados cultos.

Em todos os casos tratados pelo Prof. Suzuki, é nuclear a questão da transferência cultural de conceitos e dos modos como os novos modelos culturais dão conta da experiência antiga, classificando-a muitas vezes como antiquada, velha, ultrapassada, feudal (*hoken*) etc., ou revalorizando-a em novos valores-de-uso. Nesse sentido, aprendemos com o Prof. Suzuki que, se o historiador das artes da palavra japonesas não pode ignorar as tendências internacionais, também não pode ignorar a particularidade histórica da sua cultura. Esse procedimento é útil, acredito, também para o pesquisador de literatura brasileira.

Agradeço muito ao Prof. Suzuki por ter aprendido coisas que ignorava ouvindo a sua conferência e dou-lhe meus parabéns pela lucidez e clareza da sua exposição.